

# A PASTORAL AFRO-BRASILEIRA E A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1988: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS QUESTÕES RACIAIS NO INTERIOR DA IGREJA CATÓLICA<sup>1</sup>

AFRO-BRAZILIAN PASTORAL CARE AND  
THE 1988 FRATERNITY CAMPAIGN: A  
DISCURSIVE ANALYSIS ON RACIAL ISSUES  
IN THE CATHOLIC CHURCH

Pâmella Santos dos Passos<sup>2</sup>

Maria Cristina Giorgi<sup>3</sup>

Ronaldo Pimentel Baptista<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo refletir acerca da relação negro e igreja dentro da Pastoral Afro-Brasileira e seus desdobramentos na discussão racial no interior da Igreja Católica. Para tal, em um primeiro momento apresentamos a origem dessa pastoral, considerando os contextos nacional e internacional. Em uma segunda etapa, procedemos uma análise discursiva de fragmentos do texto da Campanha da Fraternidade de 1988. Como aporte teórico, no que tange à linguagem recorremos ao dialogismo de Bakhtin (1992, 2003) e à Análise do Discurso francesa de base enunciativa (MAINGUENEAU, 1990, 2011). Especificamente no que tange a questões da Igreja dialogamos com Beozzo (1991, 1993) e Boff (2012). Dentro de uma Igreja Católica que reflete os preconceitos da sociedade em que está inserida, nossos resultados apontam para um posicionamento crítico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com relação a questões racistas, bem como a Campanha da Fraternidade de 1988 pode ser compreendida como importante mecanismo de luta em defesa dos direitos do povo negro brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pastoral Afro-Brasileira. Campanha da Fraternidade de 1988. Igreja Católica. Análise de discurso.

**ABSTRACT:** This article aims at reflecting on the relationship between the black people and the church in the Afro-Brazilian Pastoral Care and its unfoldings to the racial discussion inside the Catholic Church. For doing so, we first present the origin of this Pastoral, considering its national and international contexts. In a second moment, we develop a discursive analysis of fragments of the 1988 Fraternity Campaign text. As theoretical basis, we follow Bakhtin (1992, 2003) and his dialogical perspective on language, and the French Discourse Analysis, in its enunciative basis (Maingueneau, 1990; 2011). In relation to the issues about



Vol.10 Número 20

jul./dez .2015

p. 599 - 610

<sup>1</sup> O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de mestrado de Ronaldo Pimentel Baptista no Programa de Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Giorgi e coorientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Pâmella Passos.

<sup>2</sup> Pós-Doutoranda no Programa de pós-graduação em Antropologia Social / Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. pâmella.passos@ifrrj.edu.br.

<sup>3</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Letras pela UERJ. Graduada em Letras- Português-Espanhol pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora titular do CEFET-RJ dos ensinos Médio e Técnico e dos cursos de Pós-graduação stricto sensu de Relações Étnico-raciais e Filosofia e Ensino. cristinagiorgi@terra.com.br.

<sup>4</sup> Mestre em Relações Étnico-raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor na rede pública de educação nos municípios do Rio de Janeiro e São Gonçalo. cristinagiorgi@terra.com.br.

the Church, specifically, we follow Beozzo (1991; 1993) and Boff (2012) perspectives. In a Catholic Church which reflects the prejudices of the society in which it is embedded, our results point to a critical positioning of the Brazil Bishops National Conference (CNBB) in relation to racial issues, as well as to the 1988 Fraternity Campaign which can be understood as an important tool in the struggle for the rights of Brazilian black people.

**KEYWORDS:** Afro-Brazilian Pastoral Care. 1988 Fraternity Campaign. Catholic Church. Discourse Analysis.

### **A origem da pastoral afro-brasileira e o contexto internacional**

O início da década de 1960 serviu de palco para um dos mais significativos movimentos do catolicismo nos últimos tempos, movimento esse que propunha uma profunda ruptura do curso que a Igreja Católica vinha vislumbrando. O período entre 1962 e 1965 seria marcado pela realização do Concílio Vaticano II, evento que assinalou, dentre tantas coisas, um conjunto de transformações não só na hierarquia, mas principalmente na base, nos membros da cristandade. Em suma, uma tentativa de reconstrução institucional, sobretudo, no âmbito eclesiástico da América Latina. Essas transformações postuladas ao longo do Concílio arregimentavam-se em direção a um processo de redefinição do lugar social da Igreja Católica na América Latina, que a partir da ótica de Leonardo Boff, “foi o continente onde mais se tomou a sério o Vaticano II e mais transformação trouxe, projetando a Igreja dos pobres como desafio para a Igreja universal e para todas as consciências humanitárias” (BOFF, 2012, p.4).

Lembramos que a década de 60 foi palco de acirrados eventos que ocorreram devido ao contexto da Guerra Fria, no qual se realizou o Concílio Vaticano II. O quadro internacional caracterizado pela oposição entre socialistas e capitalistas, pôde ser observado no episódio denominado “crise dos mísseis” em Cuba. Esse fato exemplifica a aguda bipolarização política, econômica e social que permeava a realidade de vários países, sobretudo do continente americano.

O Papa João XXIII, figura de grande protagonismo no Concílio Vaticano II, tendo como referencial a experiência de opção socialista de Cuba, elaborou uma relevante encíclica durante o Concílio, em que orientava a Igreja, independentemente do regime político, no sentido de tender sempre para as questões sociais, políticas e de justiça. Vislumbra-se, a partir dessa orientação, um posicionamento de proximidade para com os pobres através das questões sociais. Nesse aspecto nos diz Beozzo:

Nascida no contexto da denominada 'crise dos mísseis' em Cuba, a referida encíclica 'chamou atenção do mundo sobre a necessidade de respeito e colaboração entre os diferentes regimes sociais e políticos'. Quer dizer, especificamente no caso da América Latina, significou o direito a Cuba desenvolver a sua experiência política e social, portanto, em certa medida, também significou uma resposta acerca da 'liceidade da colaboração, no terreno do social, do político, da justiça, entre cristãos e movimentos históricos vindos de outros horizontes doutrinários e ideológicos' (BEOZZO, 1993, p. 118).

A partir das perspectivas mais voltadas aos pobres sinalizadas ao logo do Concílio Vaticano II, algumas mudanças havidas na Igreja Católica merecem maiores considerações. Durante a primeira metade dos anos 60, com o Concílio Vaticano II, a Igreja, na opinião de alguns, realizou uma verdadeira ruptura ideológica, representada pela transformação e mudança do sujeito social. Entende-se por sujeito social não o indivíduo, mas o grupo ou classes sociais que assumem papel decisivo na vida da Igreja. Os elementos constitutivos da vida religiosa receberiam uma nova compreensão, na qual as preocupações desse novo sujeito social é que seriam levadas em consideração no que diz respeito à evangelização.

Antes do Vaticano II, ainda segundo essa interpretação, a vida religiosa era guiada pelo “em si teologal”, que pode ser definido, de acordo com Libânio (1980, p. 42), como um “conjunto de expressões religiosas de maneira objetivada, legislada, tradicionalmente transmitida”. As posições e atuações da Igreja seriam, nesse caso, definidas pela tradição, transmitidas pela força da autoridade e aceitas em espírito de obediência. A identidade teologal, garantida pelo uso do evangelho e, obviamente, pela fé, orientaria as ações da Igreja, marcadas por uma rígida separação entre a preparação para a missão e a missão propriamente dita.

O Vaticano II não elimina o valor do “em si teologal”, mas esse não mais conseguiria se impor pela força da autoridade e da tradição, necessitando da mediação da geração presente. Razões e motivações de ordem estritamente teológicas não seriam mais suficientes, ocorrendo um deslocamento do “em si” para a experiência do sujeito. A capacidade subjetiva do religioso passou a ser mais valorizada, ao passo que as missões começaram a ser definidas a partir de uma maior inserção no mundo, de um questionamento guiado pela experiência, não pela autoridade. A exigência de uma dimensão pastoral surgiu, justamente, em decorrência de uma suposta maior aproximação com os grandes e reais problemas do mundo moderno.

Foi no efervescente período da década de 70, inserida em um contexto global marcado pelos conflitos da Guerra Fria e pela realização do Concílio Vaticano II, em uma conjuntura regional latino americana marcada pelas Conferências de Medellín (Colômbia, 1968), Puebla (México, 1979) e pelas ditaduras militares, na qual as violências típicas ainda se faziam presentes e atuantes na sociedade, que se iniciou no interior da Igreja Católica brasileira a conformação de um movimento voltado para refletir a questão do Negro e da Igreja.

Cronologicamente, a Pastoral Afro-Brasileira constituiu-se dentro da Igreja por volta de 1978. E surgiu efetivamente, dentre outros fatores, como um reflexo do Concílio Vaticano II, mas, principalmente, em consequência da Conferência de PUEBLA, que foi também um desdobramento do referido Concílio, uma vez que havia um estudo que fora preparado pelos bispos brasileiros acerca da pobreza no Brasil, que integraria o documento final a ser apresentado nessa conferência. PUEBLA caracterizou-se do princípio ao fim por uma opção teológica que privilegiasse os pobres. Dessa forma, de acordo com o Pe. Beni dos Santos, consolidou-se o documento final:

O documento de Puebla não é um tratado de teologia, isto é, um discurso sistemático e metódico sobre a compreensão da fé. Não é um documento de natureza jurídica, destinado a traçar uma conduta obrigatória e devida. Trata-se de um documento pastoral, que pretende ser fonte de inspiração para a caminhada da Igreja em nosso continente. Abre pistas, ilumina, denuncia e anuncia, e, sobretudo, incita à criatividade, ao prosseguimento. É justamente aqui que se encontra a sua força e autoridade. Ainda mais: dentro de suas limitações e preocupação com a ortodoxia, reflete, no seu todo, dez anos de prática de uma Igreja que se definiu pela libertação dos pobres. Nesse sentido, não se pode esquecer de que Puebla é mais do que um documento. Puebla é também toda a sua preparação que envolveu inclusive as bases. É tudo o que dessa Assembléia esperavam os pobres da América Latina (DOS SANTOS, 1986, p. 55).

Foi a partir desse documento, e da sua respectiva avaliação, que um grupo de pessoas formado por elementos que já refletiam sobre a questão do negro em nossa sociedade concluiu que tal estudo elaborado pelos bispos do Brasil era de boa qualidade, no sentido da interpretação do perfil do pobre brasileiro. Contudo, em momento algum explicitava que o perfil do pobre brasileiro apresentava traços mais acentuados de negros e indígenas. Em momento posterior à avaliação desse estudo e de suas caracterizações sobre o perfil do pobre brasileiro, o referido grupo que abarcava religiosos leigos e membros oficiais

do clero enviou uma correspondência para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), demonstrando tal preocupação.

Diante de tal manifesto, a CNBB orientou que o referido grupo criasse uma comissão para elaborar outro estudo que seria anexado ao documento oficial da CNBB, onde seria destacado não só o rosto negro da Igreja, como também a verdadeira face da pobreza. Após à elaboração desse estudo, o grupo questionou-se quanto ao futuro da sua missão em relação às questões do negro, concluindo que não era suficiente elaborar tal documento, mas sim, era necessário organizar e atuar na prática cotidiana.

Não se pode negar que, do absoluto silêncio sobre a escravidão negra e sobre o mundo Afro-Americano, imperante no documento preparatório de PUEBLA, e da nota de rodapé a que ficou relegado o tema no documento oficial da conferência de Puebla (DP-nota 40), deu-se um passo a frente. Os negros saíram do nada absoluto. Saltaram ainda da nota de rodapé para se incorporarem a trama principal do texto, sendo assim admitidos a figurar dentro de uma história até então expurgada de sua presença. Seria isto suficiente? (BEOZZO, 1991, p.50-51).

O contexto no qual o referido grupo estava inserido encontrava-se em plena ebulição política. De acordo com Oliveira (2011, p. 1), os movimentos sociais no Brasil encontraram nas décadas de 70 e 80 um momento bastante singular, em especial os movimentos ligados à causa dos negros que, circulando pela órbita do processo de redemocratização, postulavam inúmeros direitos, além de explicitar a discriminação e o preconceito racial predominantes no conjunto da sociedade brasileira. Essa empreitada também teve como protagonista a Igreja Católica, ou, pelo menos, parte dela. Suas ações manifestaram-se através de bispos, padres, religiosos e muitos leigos que participaram dos embates sociais a favor dos negros, dos indígenas e dos sem-terra. Parte significativa do arcabouço teórico discursivo dessa conjuntura constituiu-se em sintonia direta com as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), onde a opção pelo pobre efetivou-se como principal destinatário do evangelho. Nesse sentido:

O documento usa o termo 'pobre' no sentido bíblico de **anawin**: o curvado, o oprimido. O termo tem, na Bíblia, uma conotação político-social. Designa o escravo, o estrangeiro, o perseguido, o cativo. Não se trata pois do simples necessitado, mas do oprimido, do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido. Os números 31 a 49 do documento fazem um elenco dos pobres da América Latina: indígenas e **afro-americanos**, camponeses sem-terra, operários, desempregados e sub-empregados, marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher. Em outros textos o documento se refere ainda aos migrantes e às prostitutas (SANTOS, 1986, p. 56-57, grifo do autor).

O fragmento parece evidenciar que as conclusões de Puebla acerca dos pobres latino-americanos convergiam com o ideário do grupo que posteriormente constituiria a Pastoral Afro-Brasileira. Tal semelhança de ponto de vista deve-se ao fato de ambos entenderem que a utilização do termo pobre refere-se fundamentalmente ao negro.

### **Pluralidades e divergências na fundação da pastoral afro-brasileira**

O grupo que viria formar a Pastoral Afro-Brasileira (PAB) parecia ter já consolidado o ideário de que ser negro era sinônimo de pobreza. Entretanto, nesse grupo havia algumas posições distintas internamente que pairavam, sobretudo, nas antigas posturas da Igreja quanto aos negros, ou seja, se a mesma em virtude do seu passado teria ou não legitimidade para acolher a Pastoral. Outro elemento referia-se à nomenclatura de tal organização.

Frente a essas questões, posicionavam-se dois grupos: primeiro o que entendia que a Igreja não tinha moral, nem tampouco respeito para fazer a PAB, e que, portanto, tal movimento deveria ter o nome de “Grupo de União e Consciência Negra”, independentemente da Igreja. O segundo acreditava na necessidade da existência da PAB atuando conjuntamente com a Igreja. Finalmente, em meio a essas discussões, em 1981, predominou a visão do “Grupo de União e Consciência Negra”, porém, em 1983, o grupo que acreditava na PAB se rearticula e faz renascer a ideia da Pastoral, criando-se assim no ano de 1983 os “Agentes de Pastoral de Negros” (APNs). Essa seria, grosso modo, uma das versões explicativas para a origem da PAB. Em 1978, inicialmente enquanto movimento, depois se definindo em 1983 já como Pastoral.

Ainda no que diz respeito à constituição da PAB, não há um posicionamento consensual acerca da precisão da origem da mesma. Na ótica de Oliveira (2011, p. 2), as distintas fontes que se referem à origem da PAB apresentam cronologias divergentes no que concerne à exatidão das datas da sua criação. De acordo com o texto central da Campanha da Fraternidade de 1988 (CF-88), a década de 70 teria sido a progenitora da ideia da PAB. Se considerarmos o documento de número 85 da CNBB (Pastoral Afro-Brasileira), o ano de 1988 teria sido o ano inaugural. Todavia, na perspectiva de alguns coordenadores da Pastoral, seu marco inicial seria entre os anos de 1986 e 1988. São vários os fatores que explicam tal dificuldade, porém, um dos mais relevantes, talvez, seja o fato de a Pastoral erigir-se em meio aos movimentos negros surgidos anteriormente dentro da Igreja Católica, e também as relações que a Pastoral estabeleceu com movimentos que extrapolavam os limites do catolicismo.

A PAB, a nosso ver, não é um movimento à parte da Igreja Católica, mas sim uma organização de religiosos e leigos que se inserem na estruturação hierárquica oficial da Igreja Católica. Os elementos que integram essa organicidade se reúnem, principalmente, nos organismos de base, tal qual ensinaram as CEBs. Ela se constitui não só por clérigos, mas também por leigos. Dessa forma, a referida Pastoral desenvolveu-se tecendo alianças e construindo dinâmicas de trocas entre grupos e organismos negros não só no interior, mas também fora da Igreja Católica. O autor Rosenilton Silva de Oliveira, ainda sobre esse propósito, afirma que: “A Pastoral Afro foi se desenvolvendo com outros organismos negros, tanto dentro, como fora da Igreja, criando um verdadeiro intercâmbio entre os grupos” (OLIVEIRA, 2011, p. 4).

Após essa abordagem sobre determinados aspectos do catolicismo a partir da segunda metade do século XX, tendo como destaque a origem e o histórico da formação da PAB, entendemos ser relevante uma breve incursão pela Campanha da Fraternidade de 1988, bem como, pela atuação de seus protagonistas, de modo que possamos situá-la no contexto de embates ao racismo na esfera da Igreja Católica.

### **A campanha da fraternidade de 1988: a Igreja Católica e a questão do negro**

A Campanha da Fraternidade de 1988 (CF-88) adotou a temática “A FRATERNIDADE E O NEGRO”. Nesse emblemático ano da história do Brasil, lembrou-se o centenário da abolição da escravidão, implementou-se uma nova constituição e, em consequência, realizaram-se diversos eventos. Havia, portanto, uma conjuntura extraordinária para a abordagem das complexas questões raciais, especialmente as que envolviam o ideário de democracia racial que estruturavam a nossa sociedade e vislumbrou-se uma conjuntura favorável à organização dos movimentos sociais que se encontravam na defensiva desde a implantação da ditadura civil-militar em 1964.

A década de 1980, no bojo da rearticulação dos movimentos sociais, possibilitou uma acentuada participação do Movimento Negro Contemporâneo (MNC) na vida política

brasileira. A capacidade de organização do movimento nesse contexto influenciou a discussão das suas demandas em vários segmentos sociais, dentre eles a Igreja Católica, ou, ao menos, parte dela, principalmente os setores mais progressistas. Ao resolver adotar a temática do negro através da CF, a nosso ver, a Igreja demonstra certa sensibilidade para com as mazelas que assolavam, particularmente, os negros naquele contexto, o Documento de Puebla (1979) é categórico ao afirmar que:

Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor... feições de indígenas e, com freqüência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres (CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1979, p. 95).

Observamos no contexto de embates sociais que predominou nos anos 80 no Brasil, um significativo ativismo do MNC, o que, de acordo com nossas convicções, influenciou efetivamente o debate acerca das questões raciais, que teve como um dos seus desdobramentos a realização da CF-88, lembrando o centenário da abolição da escravatura no Brasil e trazendo à tona a questão do negro para a sociedade, como já dito.

Uma vez resolvido pela CNBB que a CF de 1988, em âmbito nacional, daria enfoque ao negro, tratou-se de preparar os subsídios que iriam compor a organização e a implementação prática da referida campanha. Dentre os distintos subsídios, destaca-se o texto que serviu de base a todos os demais instrumentos da campanha. Na contracapa do texto-base da CNBB encontra-se um resumo explicativo sobre o tema:

O Texto-base da CF-88 é a mais importante peça da Campanha da Fraternidade, apresenta a fundamentação do tema A FRATERNIDADE E O NEGRO, nos três níveis: A) A realidade do negro no Brasil (na época da escravidão e hoje), dentro do contexto sócio-econômico-político-cultural e religioso (VÉR); B) A palavra de Deus (Antigo e Novo Testamento) e a palavra da Igreja, em relação às vítimas da escravidão, da pobreza e da discriminação (JULGAR); C) Critérios evangélicos e vistos para a ação transformadora, na linha da caridade assistencial, promocional e libertadora (AGIR). Os demais subsídios da CF-88 dependem do Texto-base e é nele que os animadores e elaboradores de roteiros devem procurar orientações (CNBB, 1988, contracapa).

A partir do tema que fundamentou a CF, elaborou-se o lema que serviria de título para o texto-base. Tendo o título como referencial e nos aliando à Análise do discurso de base enunciativa (doravante AD) procuramos identificar sentidos construídos no referido texto. Para tanto, observamos a capa do texto-base da CF-88, bem como seu título:



Figura III. I Capa do manual da CF/1988- CNBB “OUVI O CLAMOR DESTE POVO” (CNBB, 1988, capa)

O texto-base da CF apresenta-se qual uma cartilha, delimitando diretrizes normativas a partir das tradições religiosas do catolicismo. Identificamos parte dessas tradições nos fragmentos mencionados:

A palavra de Deus e a palavra da Igreja, em relação às vítimas da escravidão, da pobreza e da discriminação. Critérios evangélicos e pistas para a ação transformadora, na linha da caridade assistencial, promocional e libertadora (CNBB, 1988, capa).

Considerando o conceito de *cenografia* em Maingueneau (2011, p.87), como “a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala”, entendemos que o enunciador molda uma cena de forma a que o próprio ganhe legitimidade, através de seu 'dispositivo de fala' (“a palavra de Deus e a palavra da Igreja”), para intermediar a súplica do povo negro a Deus, deixando claro também que esta súplica obedecerá a “critérios evangélicos”, e pautará suas ações na “linha da caridade assistencial”.

Observados paralelamente a imagem e o título que compõem a capa da cartilha podem ser associados a uma forma de enunciado pertencente à esfera de atividade religiosa; daí o pleito “ouvi o clamor”, seguido de imagens personificadas olhando em direção ao céu. O indicador que segue na parte inferior da capa destaca o termo “TEXTO-BASE”, sugerindo referir-se a uma cartilha religiosa normativa, caracterizando o tipo do discurso. Levando em conta que uma cenografia “legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém”(MAINGUENEAU, 2011, p. 87), o referido cenário nos remete a uma perspectiva de vitimização atribuída ao negro.

Levando em consideração o enunciado exposto na capa do texto-base da CNBB, entendemos que o mesmo dialoga com o silenciamento histórico, que por muito tempo tentou-se impelir ao povo negro; uma sociedade que ignora, ou não dá a atenção devida ao clamor desse povo. Observemos algumas dessas marcas textuais nos fragmentos apresentados abaixo:

A Igreja também se dispõe a abordar esse tema que, por razões históricas, se tomou complexo e polêmico. Fiel à sua missão, ela o faz na oração e na reflexão, no estudo e no diálogo, em espírito de penitência e busca da verdade que liberta. A Igreja reconhece, hoje, que nem sempre tratou a situação vivida pelos negros com **a devida atenção evangelizadora e libertadora**' (CNBB, 1988, p. 4, (grifo do autor).

Na primeira oração, “A Igreja também se dispõe a abordar esse tema que, por razões históricas, se tornou complexo e polêmico”, torna-se evidente que o enunciador, ao se utilizar do termo “também” como palavra denotativa de inclusão, deixa transparecer seu revés, isto é, que a Igreja Católica até então se eximia de lidar com o tema. O enunciador, ao lançar mão do verbo “abordar” no infinitivo, atribui à Igreja uma omissão no que diz respeito ao trato para com a questão do negro no passado. Esse aspecto é reforçado na última frase do texto quando se destaca que “A Igreja reconhece, hoje, que nem sempre tratou a situação vivida pelos negros com a 'devida atenção evangelizadora e libertadora'.” O emprego de sintagmas destacados, como “reconhece, hoje”, “nem sempre”, “situação vivida”, “devida atenção”, remete-nos à tentativa de construção de uma cena de convencimento, que passa, por sua vez, por uma espécie de reconhecimento de culpa, arrependimento, de modo a fazer com que seus coenunciadores se solidarizem. Por cena de convencimento, entenda-se que, de acordo com nossas concepções, é aquela construída a partir de mecanismos atuantes no aspecto ideológico do coenunciador, com o propósito de persuadi-lo, de convencê-lo, ou mesmo, de demovê-lo de concepções outras.

O texto-base da CF apresenta nas páginas iniciais, ainda antes da introdução, a

oração da CF-88, como veremos no fragmento a seguir. Oração na perspectiva de prece, de reza, sobretudo, de súplica religiosa é dirigida principalmente aos católicos. Dessa forma, ao constituir-se em enunciado, o texto nos remete ao *dialogismo*, que de acordo com Bakhtin (1992, 2003), leva em consideração a relação da linguagem com as distintas esferas da atividade humana. Nesse caso, a arena na qual se desdobra a ação humana é a religiosa, que se dá no âmbito da Igreja Católica. O enunciador através da cena de fala construída na oração produz um discurso de súplica, que vai tentar persuadir seu coenunciador por meio de valores que perpassam em seu imaginário e que constituem sua identidade cristã (MAINGUENEAU, 2011, p.90).

**ORAÇÃO DA CF-88:** Deus de nossos pais, Senhor da História, Pai dos pobres! Tu que ouviste o clamor de teu povo Israel e o libertaste da terra da servidão, Arranca de nosso coração, da tua Igreja e de nossa sociedade, as marcas do pecado da escravidão, que dominou o Brasil, por tantos séculos! Livra-nos do racismo, do preconceito e da discriminação! Ouve o clamor do povo negro, com todos os empobrecidos da terra, a caminho da libertação! Faze reinar entre nós tua Justiça: 'derruba do trono os poderosos e exalta os humildes, sacia de bens os famintos e despede os ricos sem nada'. Senhor, apressa o dia, em que vivendo o teu Amor, sejamos, no coração da história, semente de Povo Novo, livre de toda injustiça e de todo pecado. Isso te pedimos com a Virgem Aparecida, por Jesus Cristo, na unidade do Espírito Santo! Amém! (CNBB, 1988, contracapa).

A oração é um gênero discursivo (BAKHTIN, 1992, 2003), predominantemente utilizado na esfera religiosa, portanto, a especificidade de seu enunciado não fugirá ao sentido principal do qual se propõe o gênero, ele refletirá as condições específicas de sua esfera religiosa. O enunciador, levando em consideração a identidade e o imaginário de seu coenunciador, vai circunstancialmente apelar à autoridade divina, empregando a perífrase de clamor: "Deus de nossos pais, senhor da História, pai dos pobres!" Assim inicia-se a oração, remetendo-se diretamente a Deus, seu interlocutor imediato, atribuindo-se a ele a paternidade dos pobres e a soberania da História, além de ser também o Deus dos nossos pais. Invoca-se a autoridade paternal de Deus, louva-se o seu poder, para que, em seguida, seja efetuada a súplica:

Tu que ouviste o clamor de teu povo Israel e o libertaste da terra da servidão, arranca de nosso coração, da tua igreja e de nossa sociedade, as marcas do pecado da escravidão, que dominou o Brasil, por tantos séculos! (CNBB, 1988, contracapa).

Chama a atenção no fragmento da oração o aspecto pecaminoso que se atribui à escravidão que predominou por muito tempo no Brasil ("as marcas do pecado da escravidão"), além das marcas por ela deixadas não só na sociedade/ aspecto social ("de nossa sociedade"), mas como também na Igreja/ aspecto institucional ("da tua igreja") e nos sentimentos dos católicos/ aspecto subjetivo ("de nosso coração"). Tais marcadores apontam para a heterogeneidade do enunciado, que, ao constituir seu cenário, transitou por distintas esferas da vida objetivando persuadir seu coenunciador.

Ao partirmos do pressuposto de que os enunciados diferenciam-se das unidades da língua por apresentarem determinadas posições, por possuírem autores e destinatários, por carregarem juízos de valor, emoções e crenças, podemos enquadrar o período "Livra-nos do racismo, do preconceito e da discriminação" (CNBB, 1988, contracapa) da oração analisada numa perspectiva dialógica, partindo de um cenário discursivo onde predominam práticas sociais com sentidos discriminatórios, preconceituosos e racistas. Dessa forma, o racismo é entendido como algo a ser superado com a ajuda divina.

Uma das vozes com as quais esse enunciado dialoga refere-se a um discurso que insere o negro fundamentalmente na categoria social dos pobres e, ainda, prisioneiros:

“Ouve o clamor do povo negro, com todos os empobrecidos da terra, a caminho da libertação” (CNBB, 1988, contracapa). É nesse sentido que os clamores vociferados por meio dessa oração ganham legitimidade. É como se suplicassem aos céus e aos desígnios divinos que a abolição da escravatura, após um século, fosse finalmente completada.

Entendemos que a CNBB se posiciona numa perspectiva de caráter social, assumindo uma postura de denúncia quanto às mazelas que afligem os negros e impelindo à CF uma atribuição combativa para além do religioso, de modo que o viés evangélico da CF atue no intuito de transformação da ordem social. Considerando a página inicial da parte introdutória do texto-base da CF-88 da CNBB, deparamo-nos com uma imagem estilizada de um Cristo com feições de um negro, bem próxima da frase título “Ouve o clamor deste povo” (CNBB, 1988, p. 3) que constitui o lema da CF. Pode-se perceber que o enunciado recorre ao recurso imagético e simbólico de modo a reforçar o sentido de sua enunciação. Dessa maneira, o negro é retratado como sofredor, como violentado, espoliado, martirizado e crucificado, tal qual Jesus. Portanto, a estilização do Cristo com características de negro reforça a significação associativa do martírio de Cristo para com o sofrimento do povo negro desde a escravidão até a contemporaneidade.



Figura III. 2 Cristo negro crucificado- CF/88- CNBB

Ao observarmos o texto-base da CF-88, faz-se evidente o estabelecimento do reconhecimento indenitário do povo negro como o injustiçado. Nota-se a necessidade de se demonstrar ao interlocutor, sobretudo através da simbologia imagética, que o povo negro tem sido injustamente penalizado. Recorre-se à figura emblemática dos cristãos a fim de sensibilizá-los frente às inúmeras mazelas que continuam afligindo a população negra. Vejamos alguns fragmentos que demonstram como o enunciadador constrói a cena em que se atribui ao negro a condição de injustiçado:

Não se trata de julgar o passado escravista com os critérios do presente. Trata-se, isto sim, de reconhecer, à luz da fé, que os traços deste passado permanecem ainda hoje e

são contrários à dignidade do homem, à fraternidade e à justiça. A consciência e denúncia dessa situação são indispensáveis para a conversão e conseqüente mudança efetiva de nossas atitudes e para a necessária transformação social (CNBB, 1988, p.5).

Uma das especificidades dessa condição de injustiçado na perspectiva do enunciador são os resquícios da escravidão que ainda pesam sobre o negro. Alguns marcadores selecionados do trecho acima evidenciam isto: “julgar o passado escravista”; “traços deste passado permanecem ainda hoje”; “contrários à dignidade do homem”. Observemos que o enunciador recorre a recursos linguísticos como “à luz da fé, dignidade do homem, fraternidade, justiça, consciência, conversão, atitudes”, que se constituem de significativa relevância aos valores cristãos de seu coenunciador, de modo a persuadi-los, através da conscientização de uma injustiça e a forma como superá-la.

Há outro significativo trecho em que podemos constatar marcas textuais diversas no que diz respeito à construção de uma cena onde o negro é o injustiçado:

O tema da CF 88, 'A Fraternidade e o Negro', convoca-nos para ouvir 'o clamor deste povo' por justiça. Mas a situação de marginalização em que se encontra a comunidade negra, por mais séria que seja, faz parte de um todo social e não pode ser tratada de modo isolado. Ela é consequência de algo muito mais amplo, profundo e complexo. Por isso, o tema da CF deve ser trabalhado como eixo gerador e motivador da luta pela evangélica transformação da estrutura social injusta vigente no Brasil (CNBB, 1988, p. 5).

Destaca-se no excerto a justificativa da CF-88 aos propósitos de justiça à comunidade negra: “Convoca-nos para ouvir o clamor deste povo por justiça”. É propósito também da Campanha empreender um embate à situação de marginalização dos negros, de modo que esse embate se dê na esfera religiosa e na esfera social, assumindo, assim, ainda que por meio de um discurso indireto, uma perspectiva de atuação para além do âmbito religioso. Vejamos alguns destes marcadores: “situação de marginalização”; “clamor deste povo por justiça”. O enunciador deixa claro que uma das propostas da CF passa por uma perspectiva de transformação social. Vejamos no período as marcas em que isso se faz evidente: “O tema da CF deve ser trabalhado como ‘eixo gerador’ e motivador da ‘luta pela evangélica transformação’ da ‘estrutura social injusta’ vigente no Brasil”. As marcas que analisamos possibilitam reflexão a partir das proposições sugeridas pela denominada cena de convencimento. As referidas marcas iluminam o caminho percorrido pelo enunciador com o propósito de construir uma cena onde o negro enquadra-se na categoria de injustiçado, de modo a legitimar o sentido de sua enunciação e logre êxito no processo de persuadir seu coenunciador.

Ainda no que tange à imagem do Cristo enegrecido, podemos retomar a noção de *cena de enunciação* proposta por Maingueneau (2011, p. 85). Uma vez estabelecido que o texto-base da CF-88 se enquadra no gênero de uma cartilha religiosa, imaginamos um quadro cênico onde o referido gênero constrói a definição de seu papel, neste caso, um texto religioso dirigindo-se aos fiéis. É diante desse quadro cênico que “define-se o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (MAINGUENEAU, 2011, p.87). Portanto, o enunciado que se constrói com a utilização da imagem de um Cristo com feições negras reforça-se de sentidos ao demonstrar um povo negro sofrido, cativo, excluído e empobrecido, dialogando com a caracterização de negro referendada na Conferência de Puebla em 1979.

Ao desenvolver uma Campanha cuja temática central é o negro, a Igreja Católica brasileira precisava elaborar um discurso que legitimasse a sua opção, sobretudo, na tentativa de persuadir seu coenunciador através do imaginário, atribuindo ao negro a identidade de Cristo. É nessa ótica que analisamos a cena enunciativa à qual faz parte a

imagem acima apresentada.

### Considerações finais

Nossa proposta neste artigo seria uma reflexão sobre a relação negro / igreja dentro da Pastoral Afro-Brasileira e possíveis desdobramentos na discussão racial no interior da Igreja Católica.

Em uma primeira etapa fizemos uma contextualização da situação nacional e internacional para melhor compreender a origem dessa pastoral

Posteriormente apresentamos nossas análises de fragmentos Campanha da Fraternidade de 1988 tendo em conta contribuições de Bakhtin (1992, 2003) e Maingueneau (1990, 2011) em diálogo com propostas de Beozzo (1991, 1993) e Boff (2012) no que concerne às questões eclesiais.

Com base nas análises por nós apresentadas ao longo do artigo, parece-nos nítido que a CNBB, como parte institucional integrante da estrutura católica no Brasil, assumiu um posicionamento de denúncia e combate as práticas racistas que infelizmente ainda se manifestam na sociedade. E ao passo que a Igreja Católica se insere nessa mesma sociedade, refletindo de maneiras diversas algumas nuances de caráter racista, constatamos que a CF-88 constituiu-se como importante mecanismo de luta em defesa dos direitos do povo negro brasileiro.

Cabe salientar que tal luta encontrou obstáculos no interior da própria Igreja. Como exemplo, podemos destacar a Arquidiocese do Rio de Janeiro que elaborou uma cartilha paralela da CF de 1988, na qual o foco da abordagem centrava-se no evangelho e não nas relações sociais, cujas análises não foram foco deste artigo.

### Notas

<sup>5</sup> CONCÍLIO VATICANO II: Anunciado em 1959 pelo Papa João XXIII, o Concílio Ecumênico da Igreja Católica iniciou-se em outubro de 1962 e encerrou-se em dezembro de 1965 e recebeu essa nomenclatura devido ao fato de ter sido o 2º realizado na Cidade-Estado do Vaticano. Dentre suas diretrizes, uma delas é, a partir dos encontros de bispos do mundo inteiro, reorientar a doutrina da fé, bem como reformar ou fortalecer a organização da Igreja. Destaca-se a orientação do Papa João XXIII no que diz respeito à atualização da mensagem da Igreja para uma melhor transmissão aos homens da contemporaneidade: o "Aggiornamento". As principais temáticas abordadas no Concílio, de uma maneira geral, foram: - O que é a Igreja? - O que a Igreja faz? - Quais as relações da Igreja com o mundo? Os Concílios caracterizam-se como reuniões de eclesiais e teólogos e representam um esforço da Igreja em defesa própria, bem como a preservação da fé e da doutrina. (Fontes: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br) / [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br))

<sup>6</sup> Em 1962 a União Soviética promove a tentativa de instalação de mísseis na ilha. Esse fato desencadearia uma grave crise entre o governo americano e soviético, pondo sob ameaça a paz mundial. Entretanto, após um clima de muita tensão mundial, os soviéticos procederam à retirada das rampas para a instalação dos mísseis em Cuba.

<sup>7</sup> Encíclica *Pacem in Terris*, publicada na Quinta-Feira Santa de 1963, pode ser considerada uma última mensagem do Papa João XXIII ao mundo.

<sup>8</sup> PUEBLA: III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizado em Puebla de Los Angeles, México, de 27-01 a 13-02 de 1979 intitulada da Evangelização no presente e no futuro da América Latina.

<sup>9</sup> Ver entrevista concedida pelo Frei David R. Santos- 02/10/1999 RJ. Out. 1999 (BAPTISTA, 2000, p. 39 a 47)

<sup>10</sup> A Campanha da Fraternidade é uma Campanha realizada pela Igreja Católica através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Caritas Brasileira, cujo objetivo é ampliar a evangelização. Surgiu com uma ação da Caritas Brasileira para arrecadar fundos para os trabalhos beneficentes. Incorporada pela CNBB tornou-se um mecanismo de defesa dos interesses sociais dos menos favorecidos e uma forma de alertar sobre problemas sociais gerais além de

arrecadar fundos para efetivar os projetos ligados com cada tema, o qual é escolhido anualmente.

<sup>11</sup>Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): Organizações de núcleos formados por católicos, surgidos na década de 1970, comprometidos com os direitos humanos e causas populares. Buscavam conciliar a fé com uma prática voltada para a transformação social. Desenvolveram uma tendência de reinterpretação e reflexão bíblica a partir dos contextos da materialidade histórica.

<sup>12</sup>CF. Campanha da Fraternidade. "Ouvi o clamor deste povo". CNBB, 1988, Contracapa.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO: **defenda as cores do nosso país**. Texto-base da Campanha da Fraternidade 1988. Rio de Janeiro: Arquidiocese do Rio de Janeiro, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAPTISTA, R. P. **A pastoral do negro como parte integrante da reformulação da Igreja Católica**. Monografia de Graduação: UERJ/FFP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Da pastoral afro-brasileira à campanha da fraternidade de 1988**: uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica. Dissertação de Mestrado: CEFET-RJ, 2014.
- BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil: de João XXIII a JOÃO PAULO II, de Medellín a Puebla**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Evangelização e v centenário**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOFF, L. **Igreja Católica. a recepção do vaticano II na américa latina**. 01 novembro 2012 Online: Disponível em: <http://www.swissinfo.ch>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- CELAM. **Conclusões de medellin**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1975.
- CNBB. Estudos da CNBB, 85: **Pastoral afro-brasileira**. São Paulo: Paulus, 2000.
- CNBB. **Ouvi o clamor deste povo**. Campanha da Fraternidade. CPP, Brasília, 1988.
- CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- DOCUMENTO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição sacro sanctum concilium (sc)**. São Paulo: Paulus, 1997.
- SANTOS, Beni dos. Introdução a uma leitura do documento a partir da opção preferencial pelos pobres. In. **Evangelização no presente e no futuro da américa latina**: conclusões da / III Conferencia Geral do Episcopado Latino-Americano. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ENCÍCLICA PAGEM IN TERRIS, 1963.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LIBÂNIO, J. B. **As grandes rupturas socioculturais e eclesiais**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. Análise do discurso: a questão dos fundamentos. In. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. UNICAMP – IEL, n.19, jul./dez., 1990.
- OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. **Orixás**: a manifestação cultural de Deus: uma análise das liturgias Católicas inculturadas. Dissertação de Mestrado: PPAS-USP, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Negros militantes católicos ou católicos militantes negros? Percurso da pastoral afro-brasileira**. Artigo apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) igualdades. UFBA. 2011.

Recebido em: 13/01/2015

Aprovado para publicação em: 03/08/2015